

**CÂMARA TÉCNICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CTCT
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 82ª REUNIÃO**

Datas: 19 e 20 de setembro de 2013.

Local: SRHU/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Saúde: ausência
2. Ministério da Integração Nacional - MI: ausência
3. Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI: Rosângela de Souza Santos (rosangela.souza@mct.gov.br)
4. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Demetrius Christofidis (dchristofidis@gmail.com) – **CONSELHEIRO SUPLENTE**
5. Ministério do Meio Ambiente - MMA/SRHU: David Guimarães Rocha (david.rocha@mma.gov.br)
6. Ministério do Meio Ambiente - MMA/ANA: Mariana Gomes Philomeno (mariana.gomes@ana.gov.br)
7. Ministério das Minas e Energia - MME: ausência
8. Irrigantes: ausência
9. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: ausência
10. Prestadoras Abasteci// de Água e Esgota// Sanitário (CEDAE/CORSAN): Charles Carneiro (charles@sanepar.com.br)
11. Prestadoras Abasteci// de Água e Esgota// Sanitário (SABESP/CASAN): ausência
12. Indústrias: Cláudia Salles (claudia@ibram.org.br)
13. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: Aécio Ferreira Murakami (aecio.murakami@daee.sp.gov.br)
14. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – OTEPs (ABRH): Dirceu Silveira Reis Junior (dirceu.reis@gmail.com) – **CONSELHEIRO SUPLENTE**
15. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – OTEPs (LACTEC): Jefferson Nascimento de Oliveira (jeffno@terra.com.br)
16. Organizações Não-Governamentais – ONG (Fonasc): Rosalvo Stachiw (rosalvo_stachiw@yahoo.com.br)
17. Organizações Não-Governamentais – ONG (Coopermira): Hélio Júlio Santos (heliojulios@yahoo.com.br)

DEMAIS PRESENTES:

1. Antônio Calazans Reis Miranda (MMA): antonio.miranda@mma.gov.br
2. Antônio Marcos Mendonça (MCTI) – **CONSELHEIRO SUPLENTE:** antonio.mendonca@mct.gov.br
3. Claudio Ritti Itaborahy (ANA): claritti@ana.gov.br
4. Eduardo Felipe Cavalcanti (ANA): eduardofc@ana.gov.br
5. João Clímaco (Fonasc)
6. Joaquim Gondim (ANA): joaquim@ana.gov.br
7. Matheus Marinho de Faria (ANA): matheus@ana.gov.br
8. Yasser Macedo Daruich: yasserdaruich@gmail.com

RELATORIA:

Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: DIA 19: No dia 19 de setembro de 2013, às 14h, a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a realização de sua 82ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a

presidência do Sr. Jefferson Nascimento de Oliveira (OTEP), tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH. Este dia foi dedicado às atividades do Grupo de Trabalho “Desenvolvimento tecnológico para suporte à previsão de eventos extremos, alerta de cheias e plano de contingência como aperfeiçoamento de rede hidrométrica e sistemas de alerta em tempo real”. Foram feitas duas apresentações: “Prevenção e Mitigação de Eventos Críticos: Atuação da ANA”, por Joaquim Gondim, superintendente de Usos Múltiplos da Agência e “Operação e Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional, coordenada pela ANA, para atendimento das Salas de Situação da Agência e dos Estados”, por Matheus Marinho de Faria, especialista em Recursos Hídricos da Gerência de Operação da Rede Hidrometeorológica – GEORH da Agência. O Sr. Joaquim abordou: conceitos e características do Brasil (população, clima, tempo, precipitação, cheia/inundação/enchente/enxurrada); Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN; sistema de alerta; Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD; ciclo de gerenciamento de desastres; legislação; Atlas de Vulnerabilidade e Inundações; Sala de Situação da ANA e Salas de Situação estaduais (monitoramento, comunicação, boletins de monitoramento, estágios de implementação); o papel da Agência; sistema elétrico brasileiro; Plano Anual de Prevenção de Cheias; e situação dos reservatórios. O Sr. Matheus abordou: o papel da ANA na promoção da coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias; tipos de rede de monitoramento dos recursos hídricos; Regiões Hidrográficas e a disponibilidade hídrica do País; operação da Rede Hidrometeorológica sob responsabilidade da ANA: tipos e quantidade de estações e novas tecnologias; conceitos; técnicas de medição; acompanhamento da operação da Rede Hidrometeorológica sob responsabilidade da ANA; equipamentos de Hidrometria; Sistema Nacional de Informações Hidrológicas; *Web Services* ANA – troca de informações institucionais; também comentou sobre as Salas de Situação; e cursos de capacitação. Os representantes da Agência, além de explicar como os dados saem do campo e chegam às salas de situação, ressaltaram a importância da utilização correta e eficiente desses dados pelas diversas entidades. Existem, por exemplo, instituições que oferecem dados constantes e direcionados para cada região que são mal utilizados. Em pesquisa não é diferente. Há pesquisas que não têm aplicação, ou seja, a entidade que recebe os dados precisa realmente utilizá-los. O Sr. Joaquim Gondim (ANA) citou algumas linhas de pesquisa interessantes: modelo de escorregamento de massa; modelagem de seca; modelagem com dados de radar; modelos para grandes bacias; e previsão de escoamento/aporte de sedimentos. O GT sugeriu ainda as seguintes apresentações para embasar a CTCT: “Plano Nacional de Qualidade de Água” (Maurrem Ramon Vieira, especialista em Recursos Hídricos da Gerência de Operação da Rede Hidrometeorológica/ANA); “Sedimentos” (Walszon Terllizie Araújo Lopes, gerente de Dados e Informações Hidrometeorológicas/ANA); “Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos – SNIRH” (ANA); e “Manual de Consistência de Operação de Rede” (ANA). O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) ressaltou a importância de todas essas apresentações para linkar os assuntos e auxiliar a CTCT a entender quais são as configurações mínimas técnicas para aquisição de equipamentos automáticos de medição de variáveis hidrológicas. **DIA 20: Item 1 - Abertura e Informes:** Às 9h30, o Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) cumprimentou todos os presentes, informou que esta era a primeira reunião oficial como presidente e pediu que cada representante se apresentasse e manifestasse suas observações ou pontos importantes a serem trabalhados pela Câmara Técnica. O Sr. Rosalvo Stachiw (ONG) manifestou a preocupação com o anúncio, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de incluir em licitação, ainda em 2013, o chamado “Gás de Xisto”, obtido por fraturamento de rocha de campos de gás natural em bacias sedimentares brasileiras. Para ele e outros grupos representativos, é preciso que haja estudos mais aprofundados sobre as tecnologias utilizadas para a extração do gás, a qual pode ocasionar vazamentos e

contaminação de importantes sistemas aquíferos. Apesar do tema ser sobre água subterrânea, considerou ser necessário o envolvimento da CTCT. Observou a necessidade de serem formados recursos humanos para o setor Hídrico, algo semelhante ao que ocorre na Agência Nacional do Petróleo, por meio dos programas de recursos humanos para o setor (PRH/ANP). Segundo ele, o PRH da ANP é, em parte, responsável pelo destaque mundial da Petrobras, pois por meio deste programa ocorre a formação específica para o setor. Destacou que o benefício prático disso é proporcionar, a alunos de graduação, mestrado e doutorado, bolsas para custeio dos estudos e o maior avanço neste setor, com desenvolvimento de tecnologias, métodos e práticas que ajudem a preservar os recursos hídricos no Brasil. O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) informou que o tema já estava sendo tratado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), mas que a CTCT poderia convidar a ANP para uma apresentação. De todo modo, também era preciso levar em conta a pauta de prioridades da Câmara estabelecida pelo plenário do CNRH. O Sr. Charles Carneiro (Prestadoras) destacou que os dois assuntos mais abordados durante o recente Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental foram Biogás e Reúso, este último um dia inteiro. Lá foi comentado que apesar do Reúso ser tratado pelo CNRH desde 2001, é preciso avançar, o que é esperado pelo segmento que representa. O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) historiou “Reúso” na CTCT e disse que a intenção é tratar as modalidades do tema em oficinas de trabalho específicas em 2014, para que sejam o subsídio concreto de produtos esperados do CNRH. À ANA, já havia sido encaminhado ofício solicitando Nota Técnica que irá orientar as discussões, no âmbito da CTCT, sobre *“Promoção de Ciência, Tecnologia e Inovação para ampliação das modalidades e melhoria das técnicas de uso, reúso e reservação de água, nos temas: doméstico, industrial, agrícola”*. Além do tema “reúso”, comentou sobre a reunião do GT no dia anterior (sistemas de alerta), quando foram levantados alguns pontos a serem ainda trabalhados, sendo o principal a “interlocução entre os órgãos gestores”. Os dados existem, mas dispersos, não articulados. É preciso centralizar para que, de forma eficiente e eficaz, haja o correto diagnóstico e previsão. O monitoramento precisa ser melhor executado. Então, outra contribuição da CTCT poderia ser uma deliberação sobre bancos de dados compartilhados. Como encaminhamentos da reunião do GT no dia anterior foram acordados: **1- Nota Técnica da Agência Nacional de Águas sobre especificações das configurações mínimas de plataformas eficientes de coletas de dados** (como a Agência possui cerca de 4 mil estações, ela poderia elencar, por exemplo, qual equipamento funciona bem em um determinado aspecto - vantagens e desvantagens) - seria um avanço para operacionalizar futuras compras; e **2- Integração/liberação de dados (construir uma deliberação que recomende/disponha sobre a isso)**. O Sr. Dirceu Reis (OTEP) comentou que, apesar da dificuldade ao acesso de dados existir, as informações estão mais acessíveis, comparando com tempos anteriores. Quem trabalha com dados hidroclimatológicos, hidrometeorológicos, já teve algum problema de acesso à base de dados diversos. Será preciso, também, atentar para a “inteligência” da disposição desses dados, para que atinja o alcance necessário. É uma discussão longa e a solução não é simples. O Brasil sofre com o problema de gerenciamento interinstitucional. Há instituições fazendo as mesmas coisas e ao mesmo tempo. A CTCT tocará na consequência de um problema que é muito maior. A Sra. Mariana Philomeno (ANA) explicou que existe uma questão específica para áreas vulneráveis, onde atuam Defesa Civil e os seus centros espalhados pelo País, MCTI e outros ministérios, ANA com suas 4.500 estações, entre outros. O tipo de estrutura do banco de dados da Agência ainda não existe ou está em desenvolvimento pelos outros órgãos. O que a ANA tem estimulado é que, pelo menos, esses órgãos disponibilizem os dados para que ela mesma insira na sua plataforma. A deliberação do CNRH sobre o assunto deveria ser muito mais ampla do que simplesmente disponibilizar dados. Enquanto não houver o entendimento que o Brasil precisa ser construído por várias mãos, cada uma oferecendo sua expertise, sem gestão fragmentada, o Brasil vai continuar tendo alagamento e outras consequências. Exemplificou: até o momento, não houve retorno do que foi recomendado pela Moção CNRH nº 63, de 12/12/2012, que recomenda, às entidades públicas, a disponibilização de informações sobre os resultados dos projetos

financiados na área de recursos hídricos, bem como o estabelecimento de mecanismos de avaliação dos resultados. O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) alertou sobre projetos prontos para áreas de risco que não estão sendo implementados. Para o Vale do Itajaí e Blumenau são alguns exemplos. O próprio Governo Federal possui frentes de trabalho que não se conversam. O Sr. Dirceu Reis (OTEP) sugeriu que a CTCT poderia, então, já delimitar seu campo de trabalho: formas de disponibilização de dados, articulação de dados e envolvimento da população no acesso à informação (é preciso que todos saibam, por exemplo, o que acontece após o alerta ser acionado). O Sr. Antônio Marcos Mendonça (MCTI) concordou que o tema “disponibilização de dados” é recorrente e antigo. Já foi tratado pela Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), na qual ANA e ABRH possuem assento, e cobrado, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui regulamentação sobre disponibilização de dados georreferenciados, onde o Instituto seria o próprio centralizador desses dados. É preciso recuperar essas informações. No caso do MCTI, o ministério possui, principalmente, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), onde a coleta de dados já não está tão organizada. A permissão ao acesso é importante, mas a quantidade e a qualidade de dados também precisariam ser melhor trabalhados. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) é outro órgão importante, mas que ainda está começando a preparar sua rede de dados, com pluviômetros, radares hidrometeorológicos, entre outros. O Sr. Antônio Marcos Mendonça (MCTI) também acredita que o trabalho da CTCT deve se basear, primeiramente, no rastreamento do que já existe no País. Após debate entre os presentes sobre o caminho a ser seguido pela CTCT nas próximas reuniões, quanto ao foco do grupo de trabalho do dia anterior, foi definido que seriam agendadas as seguintes apresentações, as quais dariam o panorama de como o assunto vem sendo tratado no Brasil, antes de se pensar em uma deliberação do CNRH, a qual, nesse momento, poderia resultar inócua: 1- Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH): entidade central com o objetivo de fortalecer os mecanismos de coordenação, de forma a otimizar os recursos financeiros, humanos e de infraestrutura para responder à enorme e crescente demanda do Brasil em meteorologia, climatologia e hidrologia (possui o propósito de uma maior integração com outras áreas que influenciam de forma direta na meteorologia, como as áreas espacial, oceanográfica e de meio ambiente. Responsável, entre outras coisas, pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações, bem como contribuir para formulação de proposta da Política Nacional de Meteorologia e Climatologia e do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia e sua articulação com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; 2- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE): conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal (possui o propósito de catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais existentes nas instituições do governo brasileiro, produtoras e mantenedoras desse tipo de dado, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente que tenha acesso à Internet); e 3- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Futuramente também pode-se pensar em uma apresentação do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Importante: deve-se direcionar as apresentações para o maior aproveitamento possível pela CTCT, quando as apresentações deverão trazer: histórico (quando e por que foi formado?); organograma; cronograma de ações; trabalho atual (metas e situação das ações em curso); decisões já estabelecidas e como está sendo monitorada sua implementação; previsão de término da comissão (no caso da CMCH); onde estão as informações geradas?; tipos de dados (histórico, em tempo real, previsão); o que sugere à CTCT?; existe outra organização que deveria trazer informações à Câmara?; entre outros. A Sra. Mariana Philomeno (ANA) sugeriu que outro produto da CTCT poderia ser recomendar as linhas de pesquisas sugeridas pelo Sr. Joaquim Gondim, no dia anterior, ao Fundo Setorial de

Recursos Hídricos (CT- Hidro). Lá estão especialistas de diversas áreas. Então, ficaria a cargo da FINEP - Agência Brasileira da Inovação (empresa pública vinculada ao MCTI), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), entre outros, a responsabilidade de estudar se os projetos são pertinentes, ou não. Finalizando o item desta pauta, o Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) também encaminhou que a Câmara aguardaria a próxima reunião da CTCT, prevista para acontecer em Bento Gonçalves/RS, paralela ao 20º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, para definir como trabalharia essa última moção sugerida. Isso porque o simpósio teria um foco na questão “sistema de alerta” e poderia oferecer subsídios. Tema central do evento: “Água – Desenvolvimento Econômico e Socioambiental”, e temário: Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos; Hidrologia e Hidrogeologia; Saneamento Ambiental e Águas Urbanas; Hidráulica; Hidro-Energia; Hidrossedimentologia e Ciclos Bio-Geoquímicos; Ambientes Costeiros; Meio Ambiente e Hidro-Ecologia; Uso da Água no Processo Produtivo: Eficiência, Reúso e Reciclagem; Mudanças Climáticas e os Impactos nos Recursos Hídricos; e Tópicos Especiais. Sobre a formatação das reuniões da CTCT, foi feita a previsão das próximas reuniões - a cada dois meses, de preferência quarta ou quinta-feira, formato para 1 dia, com a indicação das seguintes datas: 19 de novembro 2013 (em Bento Gonçalves/RS), entre 3 e 7 fev 2014, entre 7 e 11 abril 2014, entre 2 e 7 junho 2014, entre 4 e 8 agosto 2014, e assim na sequência. O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) disse que todas as informações da CTCT seriam atualizadas na página eletrônica do CNRH e lembrou que ausências deveriam ser oficializadas aos segmentos faltantes, para evitar a exclusão na câmara. Item 2 – Apresentação, por representante da Agência Nacional de Águas, sobre “Reuso de água, com ênfase na área urbana”: o Sr. Eduardo Felipe Cavalcanti Correa de Oliveira abordou: disponibilidade de água; interação em nível de decisão; projetos da ANA em ambiente urbano; legislação; retrospecto dos trabalhos da CTCT; desafios; e o que pode ser feito para o reúso em ambiente urbano. O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) disse ser importante a retomada do “reúso” na câmara, lembrando que após a Resolução nº 54, de 28/11/2005, a qual estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água, apenas houve a Resolução nº 121, de 16/12/2010, que estabelece diretrizes e critérios para a prática de reúso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal. É preciso dar consequência ao que foi definido pelo plenário, não apenas para “reúso”, mas também para “uso racional”. Com isso, propôs dar continuidade à ideia de oficinas setorializadas, para 2014. Houve concordância, inclusive com o apoio da representante da Indústria na formatação e logística da oficina “reúso industrial”, segmento que já se utiliza do processo reúso em, alguns casos, até 90%. O assunto já constava como item desta pauta, mas era preciso o apoio de todos os representantes. Após debate, foi ressaltado que será necessário estudar e avaliar: incentivo do poder público; fiscalização; principais dificuldades; caminhos para a conscientização; a regulamentação/universalização do saneamento será importante para o tema?; ações existentes; atribuições do CNRH e da ANA para dispor sobre o tema; envolvimento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); capacitação/corpo técnico de suporte; sustentabilidade econômica; envolvimento das universidades e linhas de pesquisa CT-Hidro; identificação de órgãos regulamentadores; criação de modelos a serem replicados; etc. Início da formatação das oficinas seria item de pauta da próxima reunião da CTCT. Encerrando os trabalhos na parte da manhã, o Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) solicitou a todos um mini currículo e foto para o site do CNRH. Foi dado intervalo para almoço de 12h30 a 14h10. Item 3 – Formatação das Oficinas de Trabalho referentes aos temas: “Uso racional da água” e “Reuso de água, considerando os segmentos industrial, doméstico e agrícola”: não houve tempo para discussão. Item 4 – Apresentação, por representante da Agência Nacional de Águas, sobre “Reuso de água, com ênfase na área rural”: o Sr. Claudio Ritti Itaborahy, especialista em Recursos Hídricos da ANA, abordou: antes de se falar em reúso, é preciso pensar em uso eficiente da água e menor geração possível de efluentes; lançamento de esgotos em corpos hídricos; correto planejamento do reúso; conjuntura dos recursos hídricos no Brasil; previsão de produção de alimentos no País;

expansão da agricultura não está apenas associada ao aumento de terra cultivável; sistemas específicos de irrigação de água de reúso; diferenças entre água de reúso e aplicação de efluentes em solo (reúso agrícola e diferente de aplicação de efluentes no solo – necessidades específicas a serem avaliadas para cada caso); municípios com demandas diferentes (tipos de solo, tipos de produtos, características dos efluentes e capacidade estrutural, técnica e orçamentária); necessidade de sistemas flexíveis, sustentáveis econômica e ambientalmente, com orientações distintas e adequadas; ações possíveis pela ANA; órgãos com competência legal devem propiciar formação de arranjo institucional efetivo; atividades de reúso de água na agricultura deverão ser consideradas no delineamento dos sistemas de gerenciamento ambiental e de recursos hídricos; normas/procedimentos para o reúso de água na agricultura, adequados à realidade nacional, deverão ser desenvolvidos, coma atuação importante da Ciência e Tecnologia; mecanismos financeiros de estímulo ao reúso agrícola de água deverão ser implementados; formação de expertise nessa área de conhecimento deverá ser promovida; e responsabilidades dos diferentes atores na elaboração, implantação e operação de projetos de reúso de água para fins agrícolas, bem como dos usuários dessa água, deverão ser claramente definidas. Após a apresentação e esclarecimentos aos presentes, o Sr. Demetrios Christofidis (MAPA) fez um depoimento, para reflexão de todos, sobre a experiência que teve, quando presidente da CTCT, na aprovação das Resoluções CNRH 54 e 121. A CTCT teve problemas ao chegar no plenário com as propostas, apesar dos documentos terem sido construídos com o auxílio de representantes da Embrapa, de diversas universidades brasileiras, Petrobrás, Fiesp – que cedeu seu espaço em São Paulo para um workshop específico, dos ministérios da Saúde e Integração, ANA, entre outros. Mesmo tendo produzido um documento com conteúdo preconizado pela Organização Mundial de Saúde, a câmara foi muito criticada por membros do colegiado que nunca haviam estudado o assunto. Por isso, aconselhou que a atual CTCT informe continuamente, ao plenário, sua ações e o caminho seguido, a fim de se evitar frustrações futuras após um longo e sério trabalho. Se colocou à disposição da CTCT na construção das oficinas. A Sra. Cláudia Salles (Indústria) pediu a previsão de uma apresentação sobre reúso na indústria para a primeira reunião da Câmara em 2014 (estudos de caso e perspectivas do setor). Finalizando o item de pauta, o Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) afirmou serem muito importantes todas as questões apresentadas, que analisará todas as manifestações para uma melhor condução do tema “reúso” e pediu a todos que não se esqueçam das prioridades para a CTCT estabelecidas pelo plenário. [Item 5 – Assuntos Gerais e Encerramento](#): Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Jefferson Nascimento de Oliveira (OTEP), às 15h40, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 82ª Reunião da CTCT.

Ata aprovada durante a 83ª Reunião da CTCT, em 7 de novembro de 2013.

JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Presidente

RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA
Relatora